



DGAL | DIREÇÃO-GERAL DAS  
AUTARQUIAS LOCAIS

Textos por ordem alfabética:

Adriano Moreira,  
Ana Maria Lima,  
Ana Rita Antunes,  
António Bagão Félix,  
António Ramalho Eanes,  
António Saraiva,  
António Torres,  
Armando Leandro,  
Arménio Carlos,  
Carlos Matias Ramos,  
Carlos Silva,  
Fátima Barros,  
Francisco Ferreira,  
Francisco Pinto Balsemão,  
Guilherme d'Oliveira Martins,  
Herman José,  
Hortênsia Menino,  
João Ferrão,  
Jorge Brito,  
Jorge Silva,  
José Correia,  
José de Faria Costa,  
Luís Araújo,  
Mário Soares  
Miguel Pais do Amaral,  
Pedro Calado,  
Rita Guerra,  
Rui Alberto Moreira da Silva,  
Rui Zink,  
Vasco Colaço,  
Teresa Tito de Morais



# 40 Anos de Poder Local Eleito

12 de dezembro de 1976/12 de dezembro de 2016

*Depoimentos de Referência*

14 páginas

# DCAL

DCAL | DIREÇÃO-GERAL DAS  
AUTARQUIAS LOCAIS

Textos por ordem alfabética:

Adriano Moreira,  
Ana Maria Lima,  
Ana Rita Antunes,  
António Bagão Félix,  
António Ramalho Eanes,  
António Saraiva,  
António Torres,  
Armando Leandro,  
Arménio Carlos,  
Carlos Matias Ramos,  
Carlos Silva,  
Fátima Barros,  
Francisco Ferreira,  
Francisco Pinto Balsemão,  
Guilherme d'Oliveira Martins,  
Herman José,  
Hortênsia Menino,  
João Ferrão,  
Jorge Brito,  
Jorge Silva,  
José Correia,  
José de Faria Costa,  
Luís Araújo,  
Mário Soares  
Miguel Pais do Amaral,  
Pedro Calado,  
Rita Guerra,  
Rui Alberto Moreira da Silva,  
Rui Zink,  
Vasco Colaço,  
Teresa Tito de Morais



# 40 Anos de Poder Local Eleito

12 de dezembro de 1976/12 de dezembro de 2016

Em 12 de dezembro de 2016, assinalaram-se os 40 anos de Poder Local Eleito. A Direção-Geral das Autarquias Locais associa-se à efeméride, divulgando agora um conjunto de depoimentos de personalidades de relevo da sociedade portuguesa.

A Diretora-Geral,  
Lucília Ferra

por **Adriano Moreira**, Professor Universitário



“As autarquias locais são a realidade mais sólida, nesta data de crise económica, financeira, e de paz, contra a crescente quebra de confiança em toda a União Europeia, entre a sociedade civil e os sistemas de governo, estaduais e internacionais.

Em Portugal, no qual se fala repetidamente na reforma do Estado, com diferenças profundas entre programas partidários, o respeito da divisão partidária da gestão das autarquias, é esta que se mostra mais articulada ao interesse real das comunidades que governam pelo exercício da proximidade.”



por **Ana Maria Lima**, Presidente do Conselho de Administração da Fundação CEBI

“A descentralização de competências do Estado para poderes locais tem sido realizada um pouco por todo o mundo nas últimas décadas. O Poder Local constitui-se como uma pedra angular da democracia Portuguesa, pelo papel fundamental que desempenha para o desenvolvimento das comunidades locais e para a formação cívica dos cidadãos. É, portanto, unânime reconhecer o seu importante contributo para o desenvolvimento do país.

Em consequência do constante apelo à participação das populações e exercendo funções em grande proximidade com estas, o Poder Local tem sido uma autêntica escola de cidadania, que tem garantido uma grande eficácia na resolução dos problemas das Comunidades.

Portugal não pode dispensar o exercício de um Estado forte como fator de coesão nacional, mas deve continuar a reforçar o papel fundamental das autarquias locais como elementos estruturantes da própria organização democrática do Estado, como pessoas de direito público de base territorial, dotadas de órgãos próprios, tendo por objetivo a prossecução dos interesses próprios das populações. Devem ser vistas como fator de desenvolvimento económico, social e cultural e de representação das populações perante o Estado, numa democracia participada.

Alguns aspetos que estão na base do exercício do Poder Local, como o pluralismo de expressão, o respeito e a garantia de efetivação dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos, coincidem, de certa forma, com a natureza da intervenção da Fundação CEBI e a base da nossa Missão e Visão, que se pauta pelos Valores e Princípios do humanismo, da solidariedade e da igualdade de oportunidades e do desenvolvimento sustentável.

Pensar novas formas de participação dos cidadãos considerando, em particular, o impacto das novas tecnologias no relacionamento destes com a governação local, constituem-se com alguns dos desafios futuros. Vivemos um tempo marcado por uma crescente necessidade de proximidade dos cidadãos aos poderes instalados, nomeadamente, locais, exigindo-lhes a responsabilidade de resolver os problemas do seu bem-estar e qualidade de vida. O Poder Local deve ser o motor do desenvolvimento Comunitário.”

# DCAL

DCAL | DIREÇÃO-GERAL DAS  
AUTARQUIAS LOCAIS

Textos por ordem alfabética:

Adriano Moreira,

Ana Maria Lima,

Ana Rita Antunes,

António Bagão Félix,

António Ramalho Eanes,

António Saraiva,

António Torres,

Armando Leandro,

Arménio Carlos,

Carlos Matias Ramos,

Carlos Silva,

Fátima Barros,

Francisco Ferreira,

Francisco Pinto Balsemão,

Guilherme d'Oliveira Martins,

Herman José,

Hortênsia Menino,

João Ferrão,

Jorge Brito,

Jorge Silva,

José Correia,

José de Faria Costa,

Luís Araújo,

Mário Soares

Miguel Pais do Amaral,

Pedro Calado,

Rita Guerra,

Rui Alberto Moreira da Silva,

Rui Zink,

Vasco Colaço,

Teresa Tito de Morais

por **Ana Rita Antunes**, especialista em política climática

## ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS GLOBAIS A NÍVEL LOCAL

“As alterações climáticas (AC) são o maior problema ambiental do séc. XXI. Mas se a sua dimensão é global, a sua resolução passa muito pela atuação a nível local. Para cumprir esse desafio, é necessário o compromisso dos governos no contexto internacional, como aconteceu com a assinatura do Acordo de Paris, em dezembro de 2015. E será necessária também a sua ratificação no contexto nacional.

Ter-se alcançado um consenso internacional sobre a necessidade de acelerar a eliminação gradual dos combustíveis fósseis, bem como de limitar a temperatura do planeta a 1,5º Celsius representa um avanço significativo, mas é fundamental o envolvimento de todos para que consigamos alcançar estes objetivos. Nesta equação os atores locais são fundamentais.

O modo como organizamos as nossas vilas e cidades ou a forma como nos deslocamos representam aspetos do nosso quotidiano que vão ter mudar profundamente para podermos, em conjunto, enfrentar o desafio das AC. O Pacto dos Autarcas é um exemplo deste impulso que é preciso fomentar a nível local. Ao assinarem este Pacto, as autarquias comprometem-se a agir para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e, desta forma, consolidar, em todos os níveis de governação, o compromisso de combate a este problema global.

Não menos importante do que o compromisso em reduzir emissões é o investimento do poder local na adaptação às alterações climáticas, isto é, na adaptação às consequências que já não podem ser evitadas. Neste contexto, é fundamental trabalhar na definição de estratégias de adaptação local às AC e integrar essas medidas nos instrumentos de gestão municipal, de modo a prepararmos o nosso território para os impactes das alterações do clima que, em muitos casos, já se fazem sentir.”



por **António Bagão Félix**, Economista, membro do Conselho de Estado

“O poder local é o domínio democrático, por excelência, para edificar uma incessante cultura do próximo, capilar, exigente e rigorosa. Através da verdade, de serviço, de autenticidade e de sensibilidade. Verdade nas análises e factos, serviço na atitude, autenticidade na acção, sensibilidade na relação. Sendo o poder democrático que está mais perto das pessoas, sem intermediação, deve exprimir-se com sentido geracional e não se esgotar na obsessão do imediato, do transitório, da aparência.

O poder local tem um papel catalisador nas comunidades baseado na ideia social e solidária de proximidade. E é o que melhor pode exprimir o princípio da subsidiariedade, pelo qual os problemas devem ser resolvidos o mais perto possível das pessoas e das famílias.

O poder local está assim em melhores condições para construir uma nova dimensão ética e comunitária das relações e transferências sociais e locais, assente na solidariedade concretizada como um valor e não uma mera tecnicidade, como uma expressão de vida livre em sociedade, e não como uma norma exterior ou imposta e fundamentada em princípios inalienáveis de dignidade da pessoa.”

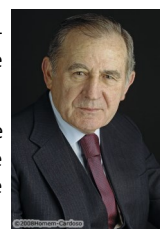


por **António Ramalho Eanes**, General, ex. Presidente da República

“As autarquias desempenharam, ao longo destes 40 anos, um papel fulcral e incontornável na democratização da vida portuguesa. A construção do Estado democrático não pode deixar de estar fundada na plena representação da vontade dos povos.

A comunidade nacional não se desenvolve se não for entendida como uma harmonia de diferenças, e só as autarquias locais podem construir, entre os cidadãos, a solidariedade indispensável à intervenção direta, interessada e consciente na defesa dos interesses e aspirações locais.

Todos sabemos quanto o País deve à democracia local, aos que assumiram a responsabilidade de responder aos problemas reais com dedicação, competência e realismo, mas todos esperamos que a democracia saiba e consiga desenhar transformações, perceptíveis e virtuosas, que melhor construam o mundo de hoje, e, sobretudo, o de amanhã.”



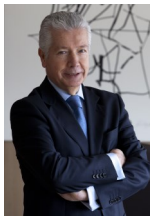
# DCAL

DCAL DIREÇÃO-GERAL DAS  
AUTARQUIAS LOCAIS

Textos por ordem alfabética:

Adriano Moreira,  
Ana Maria Lima,  
Ana Rita Antunes,  
António Bagão Félix,  
António Ramalho Eanes,  
António Saraiva,  
António Torres,  
Armando Leandro,  
Arménio Carlos,  
Carlos Matias Ramos,  
Carlos Silva,  
Fátima Barros,  
Francisco Ferreira,  
Francisco Pinto Balsemão,  
Guilherme d'Oliveira Martins,  
Herman José,  
Hortênsia Menino,  
João Ferrão,  
Jorge Brito,  
Jorge Silva,  
José Correia,  
José de Faria Costa,  
Luís Araújo,  
Mário Soares  
Miguel Pais do Amaral,  
Pedro Calado,  
Rita Guerra,  
Rui Alberto Moreira da Silva,  
Rui Zink,  
Vasco Colaço,  
Teresa Tito de Morais

por **António Saraiva**, Presidente da Confederação Empresarial de Portugal



“Quando se comemoram 40 anos de poder local eleito importa, em primeiro lugar, afirmar os princípios básicos que estão na base desta conquista: a democracia e a subsidiariedade. É preciso aprofundar sempre mais estes dois princípios enquadradores da organização do poder político e do exercício da cidadania.

Em segundo lugar, importa reconhecer o contributo das autarquias locais para que, 40 anos volvidos, Portugal seja hoje um lugar melhor para se viver. Cabe aqui uma palavra de apreço pela ação levada a cabo pelos autarcas que serviram, e servem, os seus municípios e as suas freguesias como agentes ativos do desenvolvimento económico e social.

Em terceiro lugar, queria deixar um desafio para o futuro: o da aposta das autarquias na atração de investimento, na valorização dos seus recursos e no apoio à competitividade das suas empresas.

Deixo, por fim, o apelo para que este desafio seja prosseguido partindo de uma conceção alargada do princípio de subsidiariedade, reconhecendo que há funções que podem ser prosseguidas de uma forma mais eficaz pelo setor privado, com vantagens para a sociedade como um todo. Tal implica o envolvimento das estruturas associativas empresariais neste esforço de desenvolvimento local e regional. Os nossos objetivos são comuns, exigindo por isso coordenação na ação, partilha de recursos e procura de sinergias.”



por **António Torres**, Secretário Executivo da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo

“Este ano assinalam-se os 40 anos das primeiras eleições autárquicas, uma das mais significativas transformações democráticas da sociedade portuguesa, após o 25 de Abril.

Assinalar os 40 anos do Poder Local em Portugal, já firmemente enraizado na vida coletiva dos portugueses, é também comemorar o trabalho desenvolvido pela Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo.



Há quase 30 anos, os municípios da Lezíria do Tejo compreenderam que não eram ilhas isoladas e que era imperativo conjugar interesses comuns às populações que serviam. A criação da CIMLT (na época AMLT) teve, pois, um papel decisivo no desenvolvimento socioeconómico, no bem-estar e na melhoria da qualidade de vida da população da Lezíria do Tejo e na consolidação da coesão e competitividade da Região.

Estes quase 30 anos de existência demonstram que tem valido a pena ultrapassar barreiras e reforçar laços entre os municípios associados, que tiveram a coragem e a humildade de pensar o futuro de forma coletiva, aberta e solidária, com a consciência de que poderiam, desta forma, servir cada vez melhor a população.

Estou certo que o autêntico espírito associativo municipal vai continuar a imperar na CIMLT, contribuindo para o desenvolvimento integrado, sustentado e estratégico dos municípios da Lezíria do Tejo, e reforçando o objetivo por que sempre se bateu: trabalhar por uma Lezíria cada vez melhor! “

Textos por ordem alfabética:

Adriano Moreira,  
Ana Maria Lima,  
Ana Rita Antunes,  
António Bagão Félix,  
António Ramalho Eanes,  
António Saraiva,  
António Torres,  
Armando Leandro,  
Arménio Carlos,  
Carlos Matias Ramos,  
Carlos Silva,  
Fátima Barros,  
Francisco Ferreira,  
Francisco Pinto Balsemão,  
Guilherme d'Oliveira Martins,  
Herman José,  
Hortênsia Menino,  
João Ferrão,  
Jorge Brito,  
Jorge Silva,  
José Correia,  
José de Faria Costa,  
Luís Araújo,  
Mário Soares  
Miguel Pais do Amaral,  
Pedro Calado,  
Rita Guerra,  
Rui Alberto Moreira da Silva,  
Rui Zink,  
Vasco Colaço,  
Teresa Tito de Morais

por **ARMANDO LEANDRO**, Presidente da Comissão de Proteção de Menores

“Nos 40 anos de Poder Local Eleito é-me particularmente grato relevar o importantíssimo contributo dos Municípios e Freguesias em áreas fundamentais ao nosso desenvolvimento de qualidade, ao nível local, regional e nacional.

Permito-me destacar o seu lúcido empenho na construção de uma sociedade mais justa, coesa, progressiva e feliz, a partir também da interiorização e concretização dos Direitos Humanos de todas as crianças.

Direitos Humanos que se constituem como «boa consciência» das conceções, leis, planos, projetos e ações envolvendo, direta ou indiretamente, esse objetivo.

Conscientes da sua legitimidade democrática e correspondente responsabilidade, vêm dedicando cuidada atenção à urgência da qualidade da infância, como pressuposto indispensável da qualidade humana, por sua vez requisito essencial da qualidade do desenvolvimento, a todos os seus níveis, nomeadamente ético, educacional, cultural, familiar, social, ambiental e económico.

São disso manifestação significativa, entre outras, os seus estímulos e auxílios às Famílias e às Entidades locais com competência em matéria de infância e juventude, e o apoio que prestam, no respeito pela sua autonomia, às Comissões de Proteção de Crianças e Jovens. Tudo expressões felizes do princípio da subsidiariedade e do correspondente princípio de um localismo moderno, solidário, aberto ao mundo e ao diferente, com a força de uma identidade forte das comunidades locais que Municípios e Freguesias representam; identidade fundada na memória agregadora do passado e na denodada ambição individual e coletiva de construir melhores presentes e futuros para as pessoas, famílias e comunidades.

Muito se lhes deve nos progressos já verificados neste domínio, de interesse público relevantíssimo. Progressos porém ainda insuficientes, confiando-se na qualidade da cooperação dos Municípios e Freguesias, ao nível do pensamento, das políticas preventivas e reparadoras, e das correspondentes ações, numa visão de governação integrada, para que se acelere a concretização do muito que há ainda por fazer para levar ao concreto da vida de cada criança os seus Direitos Humanos, em harmonia com a inovadora aquisição civilizacional decorrente do seu reconhecimento, também já ao nível jurídico, como Sujeito autónomo desses Direitos.”



por **Arménio Carlos**, Secretário-Geral da CGTP-IN

## CGTP-IN SAÚDA O PODER LOCAL DEMOCRÁTICO

“O Poder Local Democrático é uma das mais importantes e consolidadas conquistas de Abril e um pilar insubstituível da afirmação da democracia política, económica, social e cultural.



A ação das autarquias locais, os órgãos de poder mais próximos do povo, está alicerçada na força, dedicação e profissionalismo dos milhares de trabalhadores que todos os dias cumprem os desígnios para os quais o Poder Local Democrático foi criado. Uma intervenção que é indissociável do esforço para melhorar a qualidade dos serviços públicos e a defesa da água pública e dos resíduos sólidos na esfera municipal, num quadro político, económico e social em que, em muitas regiões do país, as autarquias se afirmam como um dos mais importantes empregadores e agentes ativos do combate à desertificação.

Num momento em que se comemora o 40º aniversário do Poder Local, este é também o tempo de valorizar e motivar os seus trabalhadores e trabalhadoras, no plano da estabilidade e segurança no emprego, das remunerações, da progressão nas carreiras e na melhoria das suas condições de vida e de trabalho.

A CGTP-IN endereça os parabéns às gerações de homens e mulheres que construíram e consolidaram este projeto autárquico e que, com sabedoria e elevado sentido de responsabilidade cívica, resistiram à ofensiva do poder centralizador e às suas pressões, designadamente, as de cariz financeiro. Este é um tempo que nos convoca a iniciar um caminho novo que assegure uma mudança de política, indissociável da autonomia do Poder Local, dos princípios democráticos que o caracterizam e da coesão económica, social e territorial do país.”

Textos por ordem alfabética:

Adriano Moreira,  
Ana Maria Lima,  
Ana Rita Antunes,  
António Bagão Félix,  
António Ramalho Eanes,  
António Saraiva,  
António Torres,  
Armando Leandro,  
Arménio Carlos,  
Carlos Matias Ramos,  
Carlos Silva,  
Fátima Barros,  
Francisco Ferreira,  
Francisco Pinto Balsemão,  
Guilherme d'Oliveira Martins,  
Herman José,  
Hortênsia Menino,  
João Ferrão,  
Jorge Brito,  
Jorge Silva,  
José Correia,  
José de Faria Costa,  
Luís Araújo,  
Mário Soares  
Miguel Pais do Amaral,  
Pedro Calado,  
Rita Guerra,  
Rui Alberto Moreira da Silva,  
Rui Zink,  
Vasco Colaço,  
Teresa Tito de Morais

por **Carlos Matias Ramos**, Bastonário da Ordem dos Engenheiros

PODER LOCAL: O PAPEL DA ENGENHARIA

“Com a instauração do regime democrático, o papel e a posição das autarquias alterou-se radicalmente, com incidência especial na autonomia municipal e na descentralização, tendo como meta a sempre desejável democracia participativa.



Durante estes quarenta anos, o poder local contribuiu para a evolução do nosso País, promovendo algumas roturas com a tradição, com hábitos, com velhas formas de pensar e de agir e, fundamentalmente, com a implementação de um processo de gestão autárquica mais exigente, baseado no controlo e na participação dos cidadãos.

Durante estes quarenta anos, ocorreu uma profunda alteração do País, traduzida na satisfação das necessidades básicas das populações para garantir a sua qualidade de vida, como o abastecimento, com qualidade e fiabilidade, de água potável e de energia, o saneamento básico, o tratamento dos resíduos, a mobilidade, a valorização do património natural e construído, sustentada na construção, gestão e manutenção de infraestruturas concebidas e realizadas com base numa Engenharia ao serviço das pessoas.

É igualmente de realçar a importância atribuída pelas autarquias a vertentes como a intervenção social, o estímulo à criação de condições para evitar o abandono escolar, a ocupação dos tempos livres de crianças e idosos, as atividades desportivas e culturais, e a manutenção dos espaços públicos.

São atividades quase sempre concretizadas com eficácia, dispondo, em muitos casos, de escassos recursos, quer humanos quer materiais. A terminar, cito o Presidente Jorge Sampaio, “Não creio enganar-me se disser que Portugal não pode dispensar o exercício de um Estado forte como fator de coesão nacional. Mas, parece-me também que necessita do reforço do poder local, como irrecusável fator de desenvolvimento e de aprofundamento da Democracia”.



por **Carlos Silva**, Secretário-Geral da UGT

“O efeito de proximidade entre representantes e representados, no que concerne às relações entre eleitos e eleitores, teve o seu efeito mais pragmático e fiel com a aprovação da Constituição da República Portuguesa em Abril de 1976. Nesse texto fundamental, a realidade do Poder Local e a instituição de um conjunto de competências a si atribuídas, que se vieram a alargar desde então, tornaram mais próxima a relação entre as populações e o poder político decisório, incluindo os vários patamares e serviços da administração pública.

Foi, portanto, a meu ver, uma construção democrática feliz, enriquecedora do efeito proximidade, tão caro ao movimento sindical e autárquico.

Enquanto sindicalista, mas também como autarca, a instituição do Poder Local foi das realidades melhor conseguidas pelo 25 de Abril de 1974.

E é uma realidade que importa aprofundar, pelo sentido de resposta quase imediata às necessidades das nossas populações, tão dispersas num país relativamente pequeno em termos de área geográfica, mas carentes de um conjunto de serviços e apoios que só o Poder Local lhes consegue fazer chegar.

Importa pois acarinhar, estimular e imprimir novas dinâmicas às relações entre quem elege e quem é eleito, sobretudo quando as funções dos primeiros têm como finalidade última servir os segundos - em prontidão, rigor, exigência e transparência.

40 anos de Poder Local ao serviço do Bem Comum.  
Ao Serviço de Portugal.”



# DCAL

DCAL | DIREÇÃO-GERAL DAS  
AUTARQUIAS LOCAIS

Textos por ordem alfabética:

Adriano Moreira,

Ana Maria Lima,

Ana Rita Antunes,

António Bagão Félix,

António Ramalho Eanes,

António Saraiva,

António Torres,

Armando Leandro,

Arménio Carlos,

Carlos Matias Ramos,

Carlos Silva,

Fátima Barros,

Francisco Ferreira,

Francisco Pinto Balsemão,

Guilherme d'Oliveira Martins,

Herman José,

Hortênsia Menino,

João Ferrão,

Jorge Brito,

Jorge Silva,

José Correia,

José de Faria Costa,

Luís Araújo,

Mário Soares

Miguel Pais do Amaral,

Pedro Calado,

Rita Guerra,

Rui Alberto Moreira da Silva,

Rui Zink,

Vasco Colaço,

Teresa Tito de Moraes



por **Fátima Barros**, Presidente da ANACOM

A PARCERIA NATURAL ENTRE O SETOR DAS COMUNICAÇÕES E O PODER LOCAL

“O Poder Local, enquanto pedra angular da democracia portuguesa, tem sido um dinamizador do desenvolvimento das comunidades locais, que têm a possibilidade de administrar os seus interesses através de órgãos representativos por si eleitos, procurando garantir uma maior eficácia na satisfação das necessidades locais.

É com base nesta convicção que a ANACOM se tem relacionado com as autarquias, interagindo com municípios e juntas de freguesia enquanto estruturas de grande proximidade com as pessoas e com um capital de confiança reconhecido.

Tal aconteceu com o processo de migração da televisão analógica para a televisão digital, em que se destaca a parceria com a ANAFRE - Associação Nacional de Freguesias na realização de ações de formação aos delegados distritais, bem como inúmeras reuniões com municípios e juntas de freguesia, tanto no continente como nas regiões autónomas, e com diversas associações de municípios. Também na instalação da rede de sondas que permitem fiscalizar em contínuo o sinal digital de televisão as freguesias foram extremamente cooperantes, permitindo a colocação das sondas nas suas instalações.

Ao nível da implementação de redes de nova geração rurais, que levam a banda larga rápida através de fibra ótica a pelo menos 50% da população de mais de 120 concelhos do território continental, a colaboração das autarquias foi determinante.

Importa referir ainda a recente criação, pela ANACOM, do sistema de informação centralizado (SIC), uma plataforma que agrega informação atualizada sobre infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações e sobre os procedimentos e regras aplicáveis à construção de novas condutas e ao acesso às existentes. Constitui um instrumento que permitirá às autarquias otimizar o planeamento dos investimentos públicos e a coordenação das intervenções no domínio público.

Enquanto autoridade reguladora nacional para o sector das comunicações, a ANACOM continuará a colaborar ativamente com as autarquias nos processos que permitam prosseguir o interesse público. Exemplo disso é a decisão da ANACOM que determinou aos operadores móveis a cobertura de mais 588 freguesias com banda larga móvel, contribuindo desta forma para a melhoria das condições de inclusão dessas populações.

O Conselho de Administração da ANACOM associa-se, assim, através deste testemunho singelo, às comemorações do 40º aniversário do Poder Local.”



por **Francisco Ferreira**, Presidente da ZERO, Associação Sistema Terrestre Sustentável

“Desde a Cimeira da Terra que se realizou no Rio de Janeiro em 1992, a ECO/92, que se percebeu que as políticas de desenvolvimento sustentável deveriam ter uma dimensão local extremamente forte.

A Agenda 21 Local, foi o ponto de partida para todo um conjunto de medidas e ações que o poder local abraçou ao longo dos últimos 25 anos, em linha com a proximidade junto da população, estimulando a sua participação.

Efetivamente, num dos domínios mais fundamentais como o ordenamento do território, até às estratégias de mobilidade sustentável, gestão da água, resíduos, até à educação ambiental e à motivação para uma participação informada e consciente dos cidadãos, os municípios foram a unidade fundamental de intervenção com reflexos nos domínios ambiental, social e económico.

Tal nunca nos deverá conduzir a uma visão isolada de cada concelho e da sua gestão em particular, dado que não vivemos de unidades territoriais desligadas umas das outras.

As comunidades intermunicipais e multimunicipais são exemplo de como o estabelecimento de parcerias entre o poder local, envolvendo por vezes também a administração central, são essenciais numa visão mais ampla / regional dos problemas, na implementação de um desenvolvimento sustentável.

Em 40 anos de poder local, muito foi necessário aprender e corrigir. Só através de uma enorme compreensão da realidade de cada município se pode desenvolver uma visão de longo prazo, onde por exemplo, a mitigação e a adaptação às alterações climáticas tenham valências e propriedades diferentes de acordo com a localização, a dimensão e a dinâmica de cada concelho, algo que tem também de ser gerido com o conhecimento dos autarcas, do nível do concelho à escala das juntas de freguesia.

O poder local, depois de uma história de algum conflito na gestão da pressão urbanística e a preservação de valores naturais e paisagísticos, atingiu uma maturidade onde já pondera fortemente uma visão de longo prazo, imbuída de uma perspetiva de desenvolvimento sustentável para quem quer residir, trabalhar ou visitar cada um dos municípios. Só assim poderemos continuar a valorizar um trabalho local que é fundamental para a resolução das grandes questões globais.”



# DCAL

DCAL | DIREÇÃO-GERAL DAS  
AUTARQUIAS LOCAIS

Textos por ordem alfabética:

Adriano Moreira,  
Ana Maria Lima,  
Ana Rita Antunes,  
António Bagão Félix,  
António Ramalho Eanes,  
António Saraiva,  
António Torres,  
Armando Leandro,  
Arménio Carlos,  
Carlos Matias Ramos,  
Carlos Silva,  
Fátima Barros,  
Francisco Ferreira,  
Francisco Pinto Balsemão,  
Guilherme d'Oliveira Martins,  
Herman José,  
Hortênsia Menino,  
João Ferrão,  
Jorge Brito,  
Jorge Silva,  
José Correia,  
José de Faria Costa,  
Luís Araújo,  
Mário Soares  
Miguel Pais do Amaral,  
Pedro Calado,  
Rita Guerra,  
Rui Alberto Moreira da Silva,  
Rui Zink,  
Vasco Colaço,  
Teresa Tito de Morais



por **Francisco Pinto Balsemão**, Presidente da Impresa

40 ANOS DE PODER LOCAL ELEITO



“40 anos decorridos sobre as primeiras eleições autárquicas, o que me parece mais importante assinalar é a resiliência do poder local como forma e substância de governo em democracia.

Os sistemas do governo democrático a nível nacional são postos em causa – e do aparecimento de extremismos de direita e de esquerda, que são contra a liberdade ao inquietante crescimento da abstenção, temos, infelizmente muitas provas disso. O poder local, alicerçado, no caso português, numa sólida tradição municipal, contínuo, sadio, capaz de resolver problemas e de testar soluções novas (veja-se o caso dos orçamentos participativos, que são um excelente exemplo de como a prática da democracia pode e deve evoluir).

Claro que nem todas as lições retiráveis da evolução e modernidade do poder local são aplicáveis, nem a nível nacional, nem no plano internacional, onde bem precisamos de um caminho político para a Europa a que pertencemos.

Mas há muito a louvar e a aprender com o poder local e, por isso mesmo, há que cuidá-lo e, sobretudo, deixá-lo evoluir e florescer por si próprio.

Como antigo dirigente partidário, Deputado, Ministro e Primeiro-ministro, orgulho-me de tudo o que fiz para fortalecer e libertar o poder local - freguesias, concelhos ou associações intermunicipais.

Sem nunca esquecer que tive a honra de ser eleito deputado à Assembleia Municipal de Cascais, logo nas eleições de 1976!”



por **Guilherme d'Oliveira Martins**, Administrador da Fundação Gulbenkian

“Os quarenta anos do poder local eleito devem ser lembrados em estreita ligação com a memória da tradição municipalista portuguesa. Importa, assim, dizer que na vigência da Constituição da República de 1976, foram tomadas as raízes da descentralização, num sentido aberto, o que permitiu o seu reforço.

Se na monarquia antiga o Poder Real se aliou aos concelhos para limitar o poder e a influência da nobreza e do alto clero e na monarquia constitucional e na República a descentralização teve dificuldade em se impor, apesar da magistratura cívica de autores como Alexandre Herculano, que afirmaram a necessidade de as liberdades se consolidarem através da proximidade relativamente aos cidadãos e às comunidades, a experiência da Constituição de 1976 corresponde à consolidação de um poder local democrático protagonista da afirmação do princípio da subsidiariedade – de acordo com o qual a solução dos problemas sociais e políticos deve ter a participação das pessoas e deve situar-se o mais próximo possível das comunidades.

Assim, o poder local sempre que se reforçar permite afirmar a democracia, a participação, a liberdade e a responsabilidade. A coesão, a eficiência, a equidade e a proximidade constituem assim fatores decisivos a lembrar nesta oportunidade – num momento em que devemos reafirmar que a democracia, a boa utilização dos recursos públicos, a defesa do bem comum, o rigor e a justiça exigem um poder local forte, afirmativo e legitimador.”



por **Herman José**, ator

“O Poder Local tem sido ao longo destes quarenta anos, capaz do melhor e do pior.

Só que as vantagens comparativamente aos erros e abusos são de tal maneira avassaladoras, que não tenho qualquer dúvida em afirmá-lo como uma das principais e mais decisivas conquistas da revolução de Abril.

Passadas estas quatro décadas, é a mais eficaz das formas de poder, a que mais perto está do cidadão e a que mais tem marcado o progresso de zonas que de outra maneira teriam sucumbido ao abandono.

Pessoalmente, como artista que faz a sua vida profissional “na estrada”, tenho uma imensa dívida de gratidão a um poder que mesmo remando contra todas as marés, insiste em fomentar e investir no bem-estar e na formação cultural dos seus concidadãos.

E como sou um otimista obsessivo, faço votos para que daqui a quarenta anos, aqui estejamos todos a fazer o ponto da situação.”



Textos por ordem alfabética:

Adriano Moreira,  
 Ana Maria Lima,  
 Ana Rita Antunes,  
 António Bagão Félix,  
 António Ramalho Eanes,  
 António Saraiva,  
 António Torres,  
 Armando Leandro,  
 Arménio Carlos,  
 Carlos Matias Ramos,  
 Carlos Silva,  
 Fátima Barros,  
 Francisco Ferreira,  
 Francisco Pinto Balsemão,  
 Guilherme d'Oliveira Martins,  
 Herman José,  
 Hortênsia Menino,  
 João Ferrão,  
 Jorge Brito,  
 Jorge Silva,  
 José Correia,  
 José de Faria Costa,  
 Luís Araújo,  
 Mário Soares,  
 Miguel Pais do Amaral,  
 Pedro Calado,  
 Rita Guerra,  
 Rui Alberto Moreira da Silva,  
 Rui Zink,  
 Vasco Colaço,  
 Teresa Tito de Morais

por **Hortênsia Menino**, Presidente da Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central e da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo

PODER LOCAL:

UMA DAS MAIS BELAS CONQUISTAS DE ABRIL, ALICERCE BASILAR DO PORTUGAL DEMOCRÁTICO E DO FUTURO



“2016 é o ano em que comemoramos Abril como berço do texto constitucional aprovado e decretado pela Assembleia Constituinte, no dia 2 de abril de 1976. Os princípios enunciados na Constituição de 1976 tornaram efetiva a possibilidade de constituir e desenvolver um Estado Democrático e independente, em que o respeito pelos direitos dos cidadãos passou a ser o horizonte da ação política, no sentido da elevação da qualidade de vida de todos os portugueses.

Com a Constituição de 76 inaugura-se também o Poder Local Democrático e as autarquias como entidades autónomas, com atribuições, competências e responsabilidades próprias, instituídas por sufrágio direto e universal, de acordo com a vontade dos munícipes.

Passaram 40 anos desde as primeiras eleições para o Poder Local Democrático. Durante este período histórico, é inequívoca a importância da estreita ligação entre a ação das populações, organizadas em associações e estruturas coletivas, e o papel transformador do Poder Local. É inequívoca a importância basilar do Poder Local para a defesa e desenvolvimento do Portugal de Abril, para o progresso social, para a transformação criadora de melhores condições e mais qualidade de vida para todos.

E porque Abril é ainda Hoje, cabe-nos prosseguir a edificação do Futuro sobre os alicerces do País, enraizados em cada Freguesia, Concelho, Região.

A defesa da autonomia do Poder Local e da capacidade de intervenção das Autarquias, em prol das populações e do desenvolvimento e progresso social, a proximidade com as populações e o exercício participado do Poder, o respeito pelos direitos dos trabalhadores das autarquias.

São estes os desafios de Ontem, de Hoje, pelo Amanhã.”



por **João Ferrão**, Geógrafo

40 ANOS DE PODER LOCAL: UMA RESILIÊNCIA SEM ROSTO

“O Poder Local tem sido alvo de numerosas e variadas análises. Mas talvez nenhuma tenha realçado a característica mais notável destas entidades: a sua resiliência.



Não me refiro à versão mais convencional deste conceito: a capacidade de, após a um determinado choque (e as autarquias locais têm sofrido múltiplos choques nos últimos anos), regressar-se ao estado inicial através de processos de recuperação bem-sucedidos. Atribuo a resiliência um sentido mais ambicioso: a capacidade de adaptação por transformação.

Na verdade, não há, talvez, empresas, serviços da administração pública ou organizações não-governamentais que tenham, ao longo de quatro décadas, diversificado de forma tão alargada e intensa os seus domínios de intervenção.

Independentemente das atribuições e competências que lhe estão cometidas no plano formal, o Poder Local foi dando resposta às sucessivas necessidades das populações – começando pelas mais elementares, como o saneamento básico ou a habitação, mas depressa evoluindo para outras áreas, como a qualidade ambiental, a cultura, a dinamização económica, a reabilitação urbana ou o *marketing* territorial –, ao mesmo tempo que iam sendo adotados temas inovadores presentes nas agendas europeia e internacional, como as ‘cidades para todos’, os orçamentos participativos, a economia circular, a inovação social, as alterações climáticas e tantos outros.

Uma versatilidade e uma evolução permanente que são sobretudo assinaláveis considerando três aspetos: i) as restrições financeiras, humanas e administrativas com que as autarquias locais se defrontam; ii) os novos conhecimentos e competências exigidos; e iii) o objetivo quase irrealizável de conciliar respostas eficientes e de curto prazo a situações de rotina ou de emergência (carências sociais, catástrofes naturais, etc.) com a aposta em prioridades e iniciativas de longo prazo, integradas em agendas transformadoras voltadas para a construção de futuros desejados.

Esta resiliência do Poder Local tem rostos: eleitos, técnicos e funcionários dos municípios e das freguesias. Por isso, a celebração dos 40 anos do Poder Local em Portugal deve constituir, acima de tudo, uma homenagem pública a todos os que, através do seu trabalho honesto, deram o melhor de si para termos hoje um país mais democrático, desenvolvido e justo. “

# DLG AL

DCAL | DIREÇÃO-GERAL DAS  
AUTARQUIAS LOCAIS

Textos por ordem alfabética:

Adriano Moreira,  
Ana Maria Lima,  
Ana Rita Antunes,  
António Bagão Félix,  
António Ramalho Eanes,  
António Saraiva,  
António Torres,  
Armando Leandro,  
Arménio Carlos,  
Carlos Matias Ramos,  
Carlos Silva,  
Fátima Barros,  
Francisco Ferreira,  
Francisco Pinto Balsemão,  
Guilherme d'Oliveira Martins,  
Herman José,  
Hortênsia Menino,  
João Ferrão,  
Jorge Brito,  
Jorge Silva,  
José Correia,  
José de Faria Costa,  
Luís Araújo,  
Mário Soares,  
Miguel Pais do Amaral,  
Pedro Calado,  
Rita Guerra,  
Rui Alberto Moreira da Silva,  
Rui Zink,  
Vasco Colaço,  
Teresa Tito de Morais



por **Jorge Brito**, Secretário Executivo da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra



“Nesta reflexão sobre o significado e importância do Poder Local na nossa vida coletiva, começo por destacar o enorme esforço e importância do trabalho desenvolvido pelos órgãos do Poder Local na construção do bem-estar e na qualidade de vida de todos os Municípios. O poder local, em todas as suas dimensões, foi a verdadeira alavanca do desenvolvimento económico e social do nosso país.

As Autarquias personificam um verdadeiro sentimento de pertença a um espaço e a uma comunidade.

Se se encarar sem refúgios a descentralização de poder e a viabilização do poder interventivo das autarquias locais, o Estado ficará mais próximo do cidadão, criando condições para o aumento e melhoria da oferta de bens e de serviços públicos numa aplicação efetiva do princípio da subsidiariedade.

Baseadas no princípio da representatividade democrática, tendo por objetivo a prossecução dos interesses próprios das populações, as Autarquias são o expoente máximo de um conjunto de competências e obrigações que importa validar e incrementar.

Saliento, ainda, a relevância do associativismo autárquico no desenvolvimento do nosso País e a sua importância para o nosso futuro coletivo numa lógica de ganhos de escala, reforço de competitividade e incremento de sinergias. O futuro das autarquias passa também por aqui.

Considero, ainda, o reforço da governação local, aumentando a qualidade e a quantidade dos serviços de proximidade, essencial no estímulo à participação dos cidadãos e na satisfação das suas necessidades.

Por fim, é necessário debater as competências e o financiamento das diferentes estruturas de governação, a política das cidades e o desenvolvimento dos territórios de baixa densidade tendo em vista a criação de um modelo territorial adaptado quer à evolução social e económica do nosso País, quer aos desafios que nos são colocados hoje e no futuro quer ao nível do ordenamento quer ao nível da gestão territorial.

O poder local tem de ser desafiante e ousado, contribuindo de uma forma ativa para a construção contínua de um País que se quer forte, mas sensível às pessoas e aos seus valores. “



por **Jorge Silva**, Comissário Nacional e Assessor Parlamentar do PAN

40 ANOS DE PODER LOCAL – O SEUS CONTRIBUTOS E O SEU FUTURO

“O Poder Local, através das suas diferentes expressões democráticas, teve um papel preponderante na afirmação da democracia em Portugal nos últimos 40 anos.



A implementação da democracia no pós-25 de Abril passou grandemente pelo trabalho desenvolvido pelos autarcas que, de Norte a Sul de Portugal, no interior como no litoral, foram a voz das suas comunidades, defendendo, reivindicando, estimulando os seus cidadãos, desafiando-os ao envolvimento local e à participação cívica.

Estabelecendo-se como plataforma privilegiada de participação democrática, foi o Poder Local, nas autarquias, nas suas assembleias municipais, nas juntas de freguesia, que reforçou e moldou o sentimento de pertença, de lugar, de referencial identitário absolutamente essencial para a construção da identidade dos cidadãos.

O percurso realizado teve os seus obstáculos, mas o balanço é muito positivo e deve ser realçado. Perante os desafios, o Poder Local foi capaz de fazer a análise introspetiva necessária para encontrar as soluções adequadas, satisfazendo assim todos aqueles que representa e de quem é o rosto visível. Este será sempre um trabalho inacabado.

Que nos próximos 40 anos o Poder Local continue o seu papel de agente promotor de cidadania, de laços de pertença, de comunidade, de democracia. Que os representantes eleitos estejam à altura das expectativas e das exigências de quem neles confia. Que o Poder Local continue a ser a expressão mais próxima do ser-se Cidadão. Só com o contributo do Poder Local poderemos almejar ter o Portugal que desejamos. É com muita confiança que acreditamos que não faltará à chamada e dará os seus contributos para um Melhor Portugal. A Bem das pessoas, dos animais e da natureza.”

# DCAL

DCAL | DIREÇÃO-GERAL DAS  
AUTARQUIAS LOCAIS

Textos por ordem alfabética:

Adriano Moreira,  
Ana Maria Lima,  
Ana Rita Antunes,  
António Bagão Félix,  
António Ramalho Eanes,  
António Saraiva,  
António Torres,  
Armando Leandro,  
Arménio Carlos,  
Carlos Matias Ramos,  
Carlos Silva,  
Fátima Barros,  
Francisco Ferreira,  
Francisco Pinto Balsemão,  
Guilherme d'Oliveira Martins,  
Herman José,  
Hortênsia Menino,  
João Ferrão,  
Jorge Brito,  
Jorge Silva,  
José Correia,  
José de Faria Costa,  
Luís Araújo,  
Mário Soares,  
Miguel Pais do Amaral,  
Pedro Calado,  
Rita Guerra,  
Rui Alberto Moreira da Silva,  
Rui Zink,  
Vasco Colaço,  
Teresa Tito de Morais



por José Correia, Presidente do STAL

## AFIRMAR O PODER LOCAL MOTOR DE UMA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA E DESENVOLVIDA, VALORIZAR OS TRABALHADORES



“O Poder Local Democrático (cujo edifício constitucional continua por cumprir com a ausência das Regiões Administrativas) assinala este ano quarenta anos das primeiras eleições para os seus órgãos. Quarenta anos que, como alguém disse sobre o tempo que passa, misturam o sonho do passado, que é a saudade, e o sonho do futuro, que é a aventura, no contínuo (re) fazer da vida coletiva e da construção de um caminho que queremos com mais esperança e dignidade.

Esperança e dignidade que este Poder Local, ancorado nos valores de Abril, tornou possíveis logo no dealbar da democracia, levando a todo o País o abastecimento de água, o saneamento básico, a recolha de resíduos, a limpeza urbana, a habitação, o desporto, a cultura, a ação social e tantas outras coisas, contribuindo de forma ímpar para a recuperação do atraso infraestrutural, criando postos de trabalho, promovendo alterações económicas e sociais profundas e marcando o rumo da descentralização democrática do Estado.

Um esforço gigantesco levado a cabo por homens e mulheres, eleitos, hoje em menor número, fruto da liquidação de freguesias imposta pelo anterior governo PSD/CDS, e por homens e mulheres, trabalhadores, também em menor número, igualmente por força de restrições governamentais que afetaram a qualidade da prestação de serviços essenciais e prejudicaram as economias locais. Saudamos esses homens e mulheres, destacando naturalmente o papel desempenhado pelos trabalhadores em prol das condições de vida da população, mas que têm sido cada vez mais defraudados dos seus direitos e legítimas expectativas de uma vida melhor.

Os últimos quatro anos - aprofundando e concretizando políticas de governos anteriores - foram marcados por uma ofensiva sem precedentes contra o Poder Local e os direitos: retirada de competências municipais; asfixia financeira; redução do número de trabalhadores; aumento do horário de trabalho; violação da contratação coletiva; concentração da gestão da água e do saneamento; privatização da EGF; atentados à dignidade e autonomia dos eleitos locais, tentando atribuir-lhes um papel menor e de meros executores de políticas centrais.

Este caminho foi derrotado nas últimas eleições legislativas. Mas os estragos foram muitos. É por isso urgente valorizar o Poder Local Democrático como motor de desenvolvimento, de coesão social e territorial, de democracia e de igualdade. É fundamental respeitar e dignificar os seus trabalhadores, cujos direitos sempre defenderemos, para construir uma Administração e serviços públicos municipais de qualidade para todos.

O Poder Local Democrático tem Futuro e é por ele que continuaremos a lutar, nos locais de trabalho, com as populações e com os eleitos.”



por José de Faria Costa, Provedor de Justiça

## 40 ANOS DE PODER LOCAL ELEITO

“Evocar os 40 anos do poder local eleito é, por sobre tudo, afirmar o contributo dado, ao longo deste tempo, pelas instituições que democraticamente representam os cidadãos em planos de grande proximidade, na consolidação da democracia e na criação de condições de desenvolvimento social, humano, cultural, cívico e económico.

Em um mundo fortemente globalizado é fundamental que as comunidades, não apenas na sua dimensão local, mas também regional e nacional, se escorem em identidades fortes, abertas ao mundo, ao outro e ao diferente. Esse é um dos principais papéis desempenhados pelo poder local. Da mais pequena das freguesias ao maior dos municípios, todos, não obstante as diferenças territoriais que marcam o nosso país, contribuem, através do seu labor quotidiano, para o bem-estar comum e para a consolidação de um sentimento forte de pertença e de unidade.

Olhando para estes últimos 40 anos são inquestionáveis os progressos alcançados pelas nossas comunidades locais e a consequente melhoria das condições de vida dos nossos concidadãos. Todavia, o tempo e o mundo não param. E se é verdade que lográmos saber responder a desafios que se colocavam ao tempo do advento da democracia, também é certo que novos reptos se materializam no presente e outros já se vislumbram no futuro. Questões tão diversas como sejam o aumento das atribuições das autarquias locais e, por conseguinte, da maior complexidade em que desenvolvem a sua atividade; o cada vez mais apertado escrutínio público e institucional a que estão sujeitos os seus representantes eleitos; e os impactos sociais económicos e políticos do fenómeno da globalização são alguns dos temas que marcam o contexto em que vivemos.

O Provedor de Justiça – defensor dos direitos fundamentais, da justiça e da legalidade – associa-se à celebração do quadragésimo aniversário do poder local eleito, expressando o seu profundo respeito pelo trabalho desenvolvido pelos homens e pelas mulheres que, nas suas comunidades, contribuem para a vivificação desses direitos por parte dos nossos concidadãos.”

# DCAL

DCAL | DIREÇÃO-GERAL DAS  
AUTARQUIAS LOCAIS

Textos por ordem alfabética:

Adriano Moreira,  
Ana Maria Lima,  
Ana Rita Antunes,  
António Bagão Félix,  
António Ramalho Eanes,  
António Saraiva,  
António Torres,  
Armando Leandro,  
Arménio Carlos,  
Carlos Matias Ramos,  
Carlos Silva,  
Fátima Barros,  
Francisco Ferreira,  
Francisco Pinto Balsemão,  
Guilherme d'Oliveira Martins,  
Herman José,  
Hortênsia Menino,  
João Ferrão,  
Jorge Brito,  
Jorge Silva,  
José Correia,  
José de Faria Costa,  
Luís Araújo,  
Mário Soares  
Miguel Pais do Amaral,  
Pedro Calado,  
Rita Guerra,  
Rui Alberto Moreira da Silva,  
Rui Zink,  
Vasco Colaço,  
Teresa Tito de Morais



**por Luís Araújo**, Presidente do Turismo de Portugal

“A procura de experiências turísticas diferenciadas e das suas expressões materiais e imateriais, está na origem do Turismo internacional.

Tendo este princípio por base, o estabelecimento e implementação de iniciativas que fomentem a promoção e o desenvolvimento do turismo regional, conducentes a uma crescente afirmação do destino Portugal, tem sido o propósito do Turismo de Portugal I.P..

A descoberta de um território em adequadas condições de conforto e segurança, a valorização dos elementos que refletem o carácter e a personalidade do lugar: a arquitetura, o ambiente urbano, a ciência e a tecnologia, a gastronomia, mas, também, as tradições orais, as práticas sociais, as festividades e a vivência das populações, são elementos essenciais na preservação da diversidade de cada região e fator-chave do seu desenvolvimento sustentável.

Para este fim, o mote residirá numa estreita e continuada articulação com os agentes públicos e privados que direta ou indiretamente intervenham nos territórios, no envolvimento das comunidades para a preservação e valorização dos seus recursos patrimoniais, na promoção do reconhecimento local dos fatores de distinção, em suma, dos valores que tornam um destino turístico único. Estamos, assim, certos que a cooperação que tem vindo a ser mantida com os agentes locais, a par da implementação de ações conjuntas que convirjam nesse propósito serão da maior relevância para a qualificação da atividade turística, com significativos impactos na economia regional e nacional.

Só reforçando estes mecanismos de colaboração serão operacionalizados os princípios da sustentabilidade e os imperativos do desenvolvimento. “



**por Mário Soares**, Advogado, ex. Presidente da República

“O Dr. Mário Soares teria certamente muito gosto em corresponder ao solicitado, mas, infelizmente, tal não se afigura possível por limitações de saúde”.

O Secretário-Geral da Fundação Mário Soares  
Carlos Barroso



**por MIGUEL PAIS DO AMARAL**, Administrador do Grupo Média Capital

“Portugal tem uma riqueza e diversidade culturais extraordinárias, que devem e merecem ser preservadas. Nesse sentido, a identidade coletiva de uma região, alicerçada na sua cultura local, é um fator fundamental para o envolvimento dos cidadãos na comunidade, seja como agentes económicos, políticos, sociais ou culturais.

O Poder Local assume, há 40 anos, um papel basilar na promoção e materialização do desenvolvimento socio económico das regiões, num trabalho permanentemente inacabado, mas sempre rico em desafios e oportunidades. Faço votos, que estes desafios consigam ser ultrapassados e aproveitados com mestria, dedicação e responsabilidade, acompanhando a modernização, tendências e práticas que nos levem a estar enquadrados nos parâmetros atuais dos restantes países europeus.”

# DCAL

DCAL | DIREÇÃO-GERAL DAS  
AUTARQUIAS LOCAIS

Textos por ordem alfabética:

Adriano Moreira,  
Ana Maria Lima,  
Ana Rita Antunes,  
António Bagão Félix,  
António Ramalho Eanes,  
António Saraiva,  
António Torres,  
Armando Leandro,  
Arménio Carlos,  
Carlos Matias Ramos,  
Carlos Silva,  
Fátima Barros,  
Francisco Ferreira,  
Francisco Pinto Balsemão,  
Guilherme d'Oliveira Martins,  
Herman José,  
Hortênsia Menino,  
João Ferrão,  
Jorge Brito,  
Jorge Silva,  
José Correia,  
José de Faria Costa,  
Luís Araújo,  
Mário Soares  
Miguel Pais do Amaral,  
Pedro Calado,  
Rita Guerra,  
Rui Alberto Moreira da Silva,  
Rui Zink,  
Vasco Colaço,  
Teresa Tito de Morais



por **Pedro Calado**, Alto Comissário para as Migrações

É NA PROXIMIDADE DOS LUGARES QUE A INTEGRAÇÃO ACONTECE

“É nas cidades, nas freguesias e nos bairros que se materializam os processos de acolhimento e integração dos migrantes.

É na nossa rede mais próxima que acedemos, ou não, às oportunidades para o exercício dos nossos direitos e deveres.

É na relação mais próxima da nossa casa e da nossa rua que, no final do dia, a integração acontece.

O poder local é, pois, um ator fulcral no processo de acolhimento e integração de migrantes.

Enquanto primeiro ponto de contacto para a maioria dos migrantes, é no contexto local que as autarquias dão forma às estratégias nacionais que organismos como o Alto Comissariado para as Migrações gerem.

Não é por acaso que, de entre 106 medidas que integram o Plano Estratégico para as Migrações, a primeira medida remete para a construção de Planos Municipais para a Integração dos Imigrantes por parte dos Municípios portugueses. Portugal tem hoje um extraordinário legado de boas práticas de integração ao nível do poder local, decorrente dos verdadeiros laboratórios de desenvolvimento e implementação de políticas de integração locais, cada vez mais inovadoras e inspiradoras, que aí são desenvolvidos.

É por aí, numa abordagem multinível, que podemos fazer de Portugal um ainda melhor exemplo de integração dos migrantes.”



por **Rita Guerra**, cantora

“Sou defensora da grande importância da existência do Poder Local na nossa vida coletiva. Como diz o ditado, “Só quem mora numa casa é que sabe o que lá vai dentro”. Na verdade, ninguém melhor que os habitantes das diversas zonas de um país para saber qual a situação real da localidade onde moram.

Há dias fui positivamente surpreendida por uma chamada telefónica na qual me fizeram várias perguntas sobre o concelho no qual habito. É agradável saber que está a ser feito um inquérito em grande escala para perceber quais as opiniões de cada cidadão sobre a gestão que está a ser feita no local. Perguntaram-me se tinha alguma queixa a fazer, algum reparo; se estava agradada com as condições dos parques infantis e com o funcionamento das escolas; se tinha algum ponto de vista que quisesse partilhar aproveitando o telefonema.

As necessidades dos cidadãos são obrigatoriamente diferentes nas várias localidades e é urgente que se tenha noção da realidade em cada freguesia ou concelho, para que se possam colmatar as falhas de forma objetiva e eficiente.

Deve haver autonomia do Poder Local para que possam ser tomadas medidas eficientes de imediato, evitando assim que piorem ou se perpetuem, como vemos muitas vezes acontecer.

O direito às condições básicas de vida dum cidadão devem estar asseguradas sem falhas e essas também variam muito.

Fico contente por sentir que alguém toma a iniciativa e vem ao encontro do cidadão; assim pode-se caminhar para um equilíbrio e um bem-estar mais justo e adequado.”



por **Rui Alberto Moreira da Silva**, Presidente da Associação Portuguesa de Bombeiros



“Falar em poder local, leva-nos logo a pensar nas autarquias existentes, isto é, nos Municípios e nas Freguesias. É uma realidade nacional, por motivos diversos, o surgimento de outras formas de “Poder Local”, devidamente organizadas pelos municípios, dando resposta às necessidades e ao bem estar das populações, como é o movimento associativo, particularmente as Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários.

Ao assinalarmos os 40 Anos de Poder Local Eleito (1976/2016), seria injusto e uma enorme falta de consideração, não sublinhar a articulação, apoio e incentivo, que o Poder Local Eleito, através das Câmaras Municipais e das Juntas de Freguesia, tem atribuído aos Bombeiros Voluntários, nomeadamente no financiamento às Associações Humanitárias, aquisição de equipamentos e seguros dos bombeiros e a criação de incentivos ao voluntariado, aumentando a segurança das populações locais e permitindo a continuidade desta forma genuína de demonstrar a cidadania e o amor ao próximo, que é ser bombeiro voluntário.

Resta-me, em meu nome pessoal e da Associação Portuguesa dos Bombeiros Voluntários, agradecer e endereçar os parabéns a todos os Autarcas e Deputados das Assembleias, nesta passagem do 40.º Aniversário do Poder Local Eleito. “



# DCAL

DCAL | DIREÇÃO-GERAL DAS  
AUTARQUIAS LOCAIS

Textos por ordem alfabética:

Adriano Moreira,

Ana Maria Lima,

Ana Rita Antunes,

António Bagão Félix,

António Ramalho Eanes,

António Saraiva,

António Torres,

Armando Leandro,

Arménio Carlos,

Carlos Matias Ramos,

Carlos Silva,

Fátima Barros,

Francisco Ferreira,

Francisco Pinto Balsemão,

Guilherme d'Oliveira Martins,

Herman José,

Hortênsia Menino,

João Ferrão,

Jorge Brito,

Jorge Silva,

José Correia,

José de Faria Costa,

Luís Araújo,

Mário Soares

Miguel Pais do Amaral,

Pedro Calado,

Rita Guerra,

Rui Alberto Moreira da Silva,

Rui Zink,

Vasco Colaço,

Teresa Tito de Morais

por **Rui Zink**, professor e escritor

“O poder local tem a vantagem de não ser poder mas serviço - os eleitos estão à mão de semear dos eleitores, é mais difícil pôr polícia de intervenção a intervir quando a coisa corre mal.

O poder local tem sido, para mim, a prova viva de que a democracia existe, pode ser quotidiana e pode ser posta em prática. Neste ano em que - oh, surpresa - as esquerdas conseguem um periclitante, surpreendente e aparentemente miraculoso entendimento parlamentar, convém lembrar que, no poder local, esse entendimento é prática corrente há muito. Mais: não são só as esquerdas que se entendem.

É muitas vezes o PSD que se alia ao Partido Comunista (ou algumas, pelo menos), que PS e CDS-PP se entendem, e que um autarca paraquedista do partido vitalício é abruptamente vencido por um militante que mostrou serviço.

Nem tudo no poder local é bom? Ainda há caciques ou dinossauros ou arrivistas oportunistas e tratantes? Sim, mas isso é a vida. Só num mundo ideal não há corrupção. Aliás, só os mortos, porque já se corrompem, são absoluta e impolutamente incorruptíveis.

Mas o poder local é o alicerce de um país que se sabe defender e sabe defender os seus. E até as suas imperfeições (olá, rotundas) homenageia e canta o nosso bom país. “



por **Vasco Colaço**, Presidente da DECO

“O poder local tem assumido, desde sempre, uma importância fundamental no que concerne à construção de um Estado Direito, assente na proteção da dignidade da pessoa humana e dos valores individuais.

Não podemos desligar a história deste poder local da própria história da defesa dos direitos fundamentais e da democracia em Portugal. Foi, de facto, no poder local onde se verificaram as maiores transformações a nível da democracia, nomeadamente, no que concerne à promoção do desenvolvimento, à salvaguarda do património e à valorização das culturas regionais.

A organização regional portuguesa constitui o símbolo principal da democracia participativa, sendo disso exemplo as estruturas orgânicas e funcionais das autarquias locais, nomeadamente, as Assembleias Regionais, polos dinamizadores do desenvolvimento regional e da promoção do bem-estar da comunidade local.

E é nestes princípios que se enquadram as políticas de defesa do consumidor que têm sido promovidas pelas autarquias locais, ao longo dos anos, tendo aliás, em conta a premissa que a Lei de Defesa dos Consumidores deixou às autarquias locais quando lhes atribuiu a obrigação de proteger o consumidor, designadamente, através do apoio à constituição e ao funcionamento de associações de defesa do consumidor.

E de facto, a DECO tem sentido, ao longo dos anos, este apoio e suporte, nomeadamente, através de diversos protocolos de cooperação institucional, no sentido de estimular e imponderar os consumidores para os seus direitos, tornando-os ativos na participação das políticas nacionais, regionais e locais.

O Poder Local é pois fundamental para os consumidores, pois aproxima as decisões nacionais e as orientações estratégicas horizontais das reais necessidades dos cidadãos, assumindo uma importância cada vez maior na sua qualidade de vida, tanto pela proximidade como pela capacidade em dar respostas céleres e eficazes a essas mesmas necessidades.

A DECO constitui um testemunho dessa resposta e do apoio que as autarquias sempre deram aos cidadãos, recorrendo, muitas vezes à sociedade civil para essas mesmas respostas. Esperamos, pois, que este trabalho continue a ser desenvolvido e reforçado, e que o poder local continue a ser, não só um garante da aplicação de uma verdadeira política de consumidores, mas também, e sobretudo, um exemplo privilegiado da democracia representativa e participativa em Portugal. “



Textos por ordem alfabética:

Adriano Moreira,  
Ana Maria Lima,  
Ana Rita Antunes,  
António Bagão Félix,  
António Ramalho Eanes,  
António Saraiva,  
António Torres,  
Armando Leandro,  
Arménio Carlos,  
Carlos Matias Ramos,  
Carlos Silva,  
Fátima Barros,  
Francisco Ferreira,  
Francisco Pinto Balsemão,  
Guilherme d'Oliveira Martins,  
Herman José,  
Hortênsia Menino,  
João Ferrão,  
Jorge Brito,  
Jorge Silva,  
José Correia,  
José de Faria Costa,  
Luís Araújo,  
Mário Soares,  
Miguel Pais do Amaral,  
Pedro Calado,  
Rita Guerra,  
Rui Alberto Moreira da Silva,  
Rui Zink,  
Vasco Colaço,  
Teresa Tito de Morais

por **Teresa Tito de Morais**, Presidente do Conselho Português para os Refugiados

PODER LOCAL - 40 ANOS



“Comemorar 40 anos de Poder Local Eleito (1976/2016) é comemorar uma melhor qualidade de vida das pessoas, é comemorar as árvores plantadas e a reabilitação de parques urbanos, com consequências positivas na saúde pública.

É comemorar também a humanização dos espaços habitacionais e a atração de investimentos, embora a taxa elevada do desemprego não possa ser resolvida apenas, ou predominantemente, pelas autarquias.

É comemorar finalmente a criação de equipamentos para a juventude e associações locais - económicas, culturais, desportivas e recreativas e combater a exclusão social numa dinâmica inclusiva e de defesa dos direitos humanos.

Para o Conselho Português para os Refugiados, a cooperação com o poder local está a permitir, na dramática crise dos Refugiados que o mundo enfrenta, desenhar uma estratégia de intervenção local para o acolhimento e integração dos refugiados em Portugal.

Por tudo isto, comemorar os 40 anos do Poder Local é fortalecer a participação e a vida democrática intimamente ligadas à promoção do desenvolvimento social.”

Lisboa, dezembro de 2016

DCF@DGAL.2016